



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.045/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02.938/2025

ÓRGÃO INTERESSADO: SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO

AQUISIÇÃO DE 82 (OITENTA E DOIS) COLETES COM PLACAS ANTIBALÍSTICAS NÍVEL III- A, MASCULINO, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES SENASP - MJSP (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, PARA USO OPERACIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE OSASCO.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 26/05/2026, 10h00

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DO ITEM

UASG: 450573

MODO DE DISPUTA: ABERTO

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP: SIM

1.	DO OBJETO	2
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	2
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV	4
4.	DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS	6
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	6
6.	DA FASE DE JULGAMENTO	9
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	10
8.	DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	15
9.	DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO	16
10.	DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO	18
11.	DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.....	20
12.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	21
13.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	22
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	24

Este Edital, seus anexos, e o resultado do Pregão, constarão no Sistema Comprasgov, bem como do site: <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>

Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasgov e as especificações constantes deste Edital, prevalecerá a última.



TORNA-SE PÚBLICO QUE A SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO, POR MEIO DA SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES, SEDIADA NA RUA NARCISO STURLINI, 161, CENTRO, OSASCO / SP, REALIZARÁ LICITAÇÃO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 13.877, DE 30 DE AGOSTO DE 2023, E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS E, AINDA, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de 82 (oitenta e dois) Coletes com placas Antibalísticas nível III- A, Masculino, em conformidade com os padrões Senasp - MJSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes neste Edital e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento das obrigações assumidas com a assinatura da AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e figuras equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.



2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. Empresas suspensas temporariamente para licitar, impedidas de licitar e contratar com a **Prefeitura do Município de Osasco** ou que tenham sido declaradas **inidôneas** para licitar e contratar com a Administração Pública e não tenham sido reabilitadas;

2.7.3. Empresas reunidas em **consórcio**, qualquer que seja a forma de sua constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.7.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.6. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.7. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.8. Fica expressamente proibida a subcontratação, seja total ou parcial, do objeto da presente licitação;

2.7.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o **item 2.7.22** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



2.10. A vedação de que trata o **item 2.7.77.7** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA COMPRASGOV

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a **proposta** na forma expressa, com o **preço** conforme o **critério de julgamento** adotado neste Edital, com duas casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, bem como, indicar a marca / fabricante.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em **campo próprio do sistema**, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que **cumpram plenamente os requisitos de habilitação** definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. **Não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, **empregados executando trabalho degradante ou forçado**, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. Cumpre as exigências de **reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como **microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento



favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. **Não será** aplicada na presente licitação, **Cota Reservada** conforme previsto inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, conforme justificativa técnica da área requisitante devidamente acostada aos autos do processo administrativo.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.3 ou 3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até à abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10.1. Visando à celeridade do procedimento licitatório, ao ser convocada, o licitante deverá se manifestar no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de desclassificação.

3.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.12. Do Preenchimento da Proposta:

3.12.1. As propostas deverão ser preenchidas de acordo com o **Anexo II**;

3.12.2. Não é possível a apresentação de proposta alternativa, portanto, para cada item a licitante deverá apresentar tão somente **UMA** marca;

3.12.3. Não serão aceitas nas propostas adequadas, marca diferente da indicada na proposta inicial cadastrada no sistema, sob pena de **desclassificação**;

3.12.4. A Proponente deverá ofertar seu preço unitário, expresso em reais, obrigatoriamente com 02 (duas) casas após a vírgula;

3.12.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação;

3.12.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;



3.12.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

3.12.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;

3.12.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação;

3.12.10. Considerando que o licitante já declarou que sua proposta está de acordo com as condições do Edital, a descrição do produto será examinada de forma objetiva, na fase de aceitação.

4. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

4.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

4.1.1. As respostas de impugnações ou aos pedidos de esclarecimentos, serão divulgados no Sistema Comprasgov e Portal da Prefeitura de Osasco <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>, para visualização dos interessados, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame;

4.1.2. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br, no horário oficial de Brasília, nos dias úteis, **até às 17 horas**;

4.1.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

4.1.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

4.1.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

5.1.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



5.1.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR TOTAL DO ITEM**

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O **intervalo mínimo** de diferença de **valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá **ser de 0,5% (zero vírgula cinco por cento)**.

5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.9. O procedimento seguirá de acordo com o **Modo de disputa ABERTO**.

5.10. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;

5.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

5.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;

5.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação a proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

5.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.



5.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

5.17.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto;

5.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

5.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e art. 69 do Decreto Municipal 13.877, de 2023.



5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes;

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação correlata e no **item 2.7** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Prefeitura de Osasco - <http://transparencia.osasco.sp.gov.br>;
- c) TCU / Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;
- d) Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apeados>;
- e) SIT – Certidões – Ministério do Trabalho e Emprego - <https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/>.

6.2. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.3. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.4. O órgão ou entidade promotora da licitação poderá, em relação ao licitante provisoriamente vencedor, realizar análise e avaliação da conformidade da proposta, com as especificações definidas no Termo de Referência.

6.5. **Não serão aceitas propostas com o valor unitário superior ao estimado,** conforme **item 1.4 do Termo de Referência – ANEXO I.**

6.6. **Será desclassificada a proposta vencedora que:**

6.6.1. Contiver vícios insanáveis;



6.6.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.6.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.6.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.6.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do produto ou da área especializada no objeto.

6.9. DO ENVIO DA PROPOSTA READEQUADA

6.9.1. Após a disputa de lances, o licitante provisoriamente vencedor será convocado para que apresente sua proposta ajustada ao valor negociado ou ao seu último lance. Por sua vez, o valor da proposta deverá conter apenas **2 (duas) casas decimais**, bem como **a marca indicada na proposta inicial**, ou seja, a proposta incluída no **SISTEMA.GOV.BR**, nos termos do **item 3.12** do edital.

6.9.2. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a **proposta adequada** ao último lance ofertado após a negociação realizada, bem como apresentar **prospectos ou catálogos técnicos dos produtos**.

6.9.3. Na impossibilidade de anexar no sistema COMPRASGOV, deverá encaminhar a proposta adequada, bem como, os documentos relacionados no **item anterior**, no endereço eletrônico secol@osasco.sp.gov.br;

6.9.4. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.9.5. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 13.877, de 2023.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, será verificada junto ao **SICAF**, nos termos do art. 117 do Decreto Municipal nº 13.877, de 2023;

7.1.2. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos no **item 7.15** deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico,



juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada.

7.2. Na hipótese da participação de **empresas estrangeiras** que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser **empresa estrangeira** que não funcione no País, para fins de assinatura da autorização de fornecimento, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que **atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que **cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.8. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação;

7.8.1. Os **documentos exigidos para habilitação** que **não estejam contemplados no Sicaf** serão **enviados por meio do sistema**, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contadas da solicitação do pregoeiro.



Edital- fls. 12/41

7.9. A **verificação no Sicaf** ou a exigência dos **documentos** nele não contidos somente será feita em relação ao **licitante vencedor**, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento (Art. 63, II da Lei Federal 14.133/2021).

7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência;

7.10.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes a época da abertura do certame; e

7.11. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.12. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 7.8.1** deste edital.

7.13. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.14. **DAS COOPERATIVAS**

7.14.1. Será exigida a seguinte documentação complementar:

7.14.2. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

7.14.3. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

7.14.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

7.14.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

7.14.6. Os seguintes documentos para a comprovação da REGULARIDADE JURÍDICA DA COOPERATIVA:

a) Ata de fundação;

b) Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;



- e) Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
- f) Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

7.15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.15.1. Habilitação jurídica:

- 7.15.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual (ou cédula de identidade em se tratando de pessoa física não empresária);
- 7.15.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 7.15.1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 7.15.1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 7.15.1.5. Se Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, essa condição deverá estar demonstrada na documentação apresentada;
- 7.15.1.6. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 7.15.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.15.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 7.15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – **CNPJ** ou no Cadastro de **Pessoas Físicas**, conforme o caso.
- 7.15.2.2. Prova de **inscrição no cadastro** de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 7.15.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à **Dívida Ativa da União** (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria



Edital- fls. 14/41

Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.15.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

a) No caso da licitante ter domicílio ou **sede no Estado de São Paulo**, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

7.15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda **Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa aos tributos mobiliários;

7.15.2.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.15.2.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.15.2.8. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, através de Certificado de Regularidade do **FGTS** – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal.

7.15.2.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) nos termos da Lei nº 12.440/2011.

7.15.2.10. As provas de regularidade deverão ser feitas por **Certidão Negativa** ou **Certidão Positiva com efeitos de Negativa**. As Certidões poderão ser obtidas através de Sistema Eletrônico junto a Internet, ficando a aceitação condicionada à confirmação de sua validade por parte da Comissão.

7.15.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

7.15.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta dias) **dias** da data de abertura do certame;

7.15.4. **Qualificação Técnica**

7.15.4.1. O Certificado de Aprovação emitido pelo Exército Brasileiro deverá ser apresentado pela licitante vencedora na fase de habilitação, como forma de comprovação da regularidade do produto ofertado, na fase de habilitação.

7.15.4.2. Justifica-se a exigência de **qualificação técnica** em razão de a aquisição de **coletes placas antibalísticas nível III-A**, envolver equipamentos de proteção individual destinados à preservação da vida e da integridade física dos agentes públicos, exigindo atendimento a **especificações técnicas rigorosas**, certificações balísticas válidas e conformidade com normas nacionais e internacionais aplicáveis, de modo a assegurar a segurança, a confiabilidade e a eficácia do material fornecido.



Edital- fls. 15/41

7.15.4.3. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da presente contratação.

7.15.4.4. Em relação à apresentação de catálogo, deverá apresentar ou prospectos ou catálogos técnicos dos produtos ofertados, a fim de possibilitar a verificação da conformidade das especificações com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

7.15.4.5. A Comissão Avaliadora será composta pelos servidores:

Titular: João Barbosa Neves – Matrícula: 190.859 – Telefone: 3652- 9173;

Suplentes: Camila Mary da Silva – Matrícula: 199.948 – Telefone: 3652-9297,

William dos Santos – Matrícula: 176.882 – Telefone: 3652-9173.

7.15.4.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

7.15.4.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7.15.4.8. Encontrada divergência entre o especificado nos atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do atestado e a licitante, além da desclassificação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis.

7.15.5. **Documentação Complementar:**

7.15.5.1. Declaração subscrita por Representante Legal do licitante, elaboradas em papel timbrado conforme modelo – **ANEXO III** atestando que:

a) Declaração firmada pelo Representante Legal da Empresa, sob as penas da Lei, de que, no ano-calendário de realização da licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores somados não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.15.6. O Licitante que apresentar **declaração** falsa exigida para o certame, e ensejar o retardamento da licitação, estará sujeito à aplicação das **penalidades** previstas no Decreto Municipal nº 13.877/23, e poderá ficar impedido de licitar e contratar com a Administração Pública.

8. DO RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1. Finalizada as fases de Julgamento das propostas, bem como, a habilitação, o sistema abre automaticamente prazo para registro de intenção de recurso, cabendo ao pregoeiro estabelecer o prazo de encerramento de intenção de recurso.



8.2. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, a habilitação ou inabilitação de licitantes, a anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21 e seguirão os seguintes termos:

8.2.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.2.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a **10 (dez) minutos**;

8.2.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de **3 (três) dias úteis**, contados da data de convocação ou de lavratura do termo de julgamento;

8.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **3 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis a defesa de seus interesses;

8.2.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento dos autos;

8.2.6. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema;

8.2.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão reconhecidos;

8.2.8. Os recursos e os pedidos de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente;

8.2.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.3. A falta de manifestação da licitante no prazo estabelecido acarretará a decadência do direito de recurso, submetendo a adjudicação.

8.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria Executiva de Compras e Licitações – SECOL, Rua Narciso Sturlini, nº 161 - Centro - OSASCO / SP, em dias úteis, no horário das 09 às 12 horas e das 14 às 16 horas.

8.5. Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

8.6. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o processo licitatório será encaminhado nos termos do Decreto Municipal nº 13.877/23, bem como, da Lei Federal 14.133/21 à autoridade competente que procederá a adjudicação e Homologação.

9. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO

9.1. O fornecimento decorrente desta licitação será formalizado mediante **Autorização de Fornecimento**, da qual farão parte integrante, como se transcritos fossem, o Edital, seus anexos, a proposta e demais documentos apresentados pela licitante vencedora, a ser assinado pela adjudicatária no prazo de **5 (cinco) dias úteis** contados da data da convocação, podendo ser prorrogado uma vez por



Edital- fls. 17/41

igual período a critério da Municipalidade, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.2. A Autorização de Fornecimento deverão ser assinadas por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social acompanhado de cédula de identidade.

9.3. Na **assinatura da autorização de fornecimento** será exigida a **comprovação da regularidade fiscal**, ou constatada por meio de consulta, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas através da Autorização de Fornecimento, celebrada entre a Prefeitura do Município de Osasco, por intermédio da Secretaria Executiva de Compras e Licitações - SECOL, e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 13.877/23, do Edital e demais normas pertinentes.

9.5. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a autorização de fornecimento, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a autorização de fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o capítulo X, do Decreto nº 13.877/23.

9.6. A Administração encaminhar por **e-mail** a autorização de fornecimento, com confirmação de leitura, tendo a Contratada o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da confirmação de leitura do e-mail, para devolver via e-mail com a ASSINATURA DIGITAL ou enviar pelos CORREIOS o ORIGINAL ASSINADO. Esclarecemos que não serão aceitas Autorizações de Fornecimentos escaneadas por e-mail.

9.7. O prazo do item acima, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração.

9.8. Este edital e todos os demais documentos que compõem seus anexos farão parte integrante da Autorização de fornecimento, como se nele estivesse escrito.

9.9. Da gestão e fiscalização do Contrato:

9.9.1. O contrato ficará sob o regime de atribuições administrativas e a função de administrar, desde sua concepção até a finalização pelos gestores, titular João Barbosa Neves matrícula nº 190.859 e nos seus afastamentos e impedimentos legais o suplente William dos Santos matrícula nº 176.882 todos da Secretaria de Segurança e Controle Urbano do Município de Osasco, nos Termos do art. 3º, LXII, do Decreto Municipal nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

9.9.2. No momento da assinatura da ordem de fornecimento, a Contratada deverá qualificar um funcionário que ficará disponível para atender às solicitações da Prefeitura do Município de Osasco.



10. DO PRAZO, LOCAL DE ENTREGA E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

10.1. **Prazo de Entrega:** dos coletes placas antibalísticas nível III-A, deverá ser realizada pela contratada **em parcela única**, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da data da assinatura/retirada da **Autorização de Fornecimento** pela Contratada, observadas as especificações técnicas e quantitativos definidos no Termo de Referência.

10.2. Os materiais deverão ser entregues na Guarda Civil Municipal, localizado na Rua Canadá, nº 201 – Jardim Nova América – CEP 06036-048 – Osasco/SP, das 8h às 12h e das 13h às 16h.

10.3. **Condições de Entrega:** Os coletes placas antibalísticas nível III-A, deverão ser entregues **novos, sem uso anterior**, dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, completos (painéis balísticos e capas) e em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

10.4. **Recebimento provisório:** ocorrerá no ato da entrega do objeto, para verificação preliminar da quantidade e das condições aparentes do material, mediante conferência pela unidade responsável.

10.5. **Recebimento definitivo:** será realizado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

10.6. A entrega será formalizada mediante **atesto na Nota Fiscal** emitido pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, após conferência quantitativa e verificação da conformidade técnica do material com o objeto adquirido.

10.7. Eventuais substituições, correções ou complementações necessárias, decorrentes de vícios, defeitos de fabricação ou não conformidades técnicas, deverão ser realizadas pela contratada **sem ônus adicional** para a Administração, durante o período de garantia do objeto.

10.8. O transporte, e a entrega dos coletes, objeto deste Termo, são de **inteira responsabilidade da contratada**, devendo ocorrer conforme disposto na Autorização de Fornecimento.

10.9. O recebimento de que trata o item anterior será realizado por servidor designado para o acompanhamento e fiscalização da aquisição, indicado pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, para fins de posterior verificação da conformidade do material com as especificações do Termo de Referência e da proposta apresentada.

10.10. Por ocasião da entrega, a Contratada, deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número de Registro Geral (RG) emitido pela Secretaria de Segurança Pública, do servidor da contratante responsável pelo recebimento.

10.11. O aceite dos coletes pela empresa executora não exclui a responsabilidade civil da contratada por **vícios ocultos, falhas de desempenho balístico ou divergências** em relação às condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente ao recebimento definitivo, assegurando-se à Administração as prerrogativas previstas na legislação vigente.



10.12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.12.1. Receber os coletes placas antibalísticas nível III-A no prazo, local e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência;
- 10.12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução da aquisição, por meio de servidor formalmente designado, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa do objeto fornecido;
- 10.12.3. Comunicar formalmente à Contratada a ocorrência de falhas, defeitos, vícios ou irregularidades constatadas nos materiais entregues, para adoção das providências cabíveis;
- 10.12.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os coletes fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis;
- 10.12.5. Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições, prazos e valores estabelecidos no Edital, após o regular recebimento do objeto;
- 10.12.6. Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente, quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;
- 10.12.7. Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução da aquisição;
- 10.12.8. A Secretaria de Segurança e Controle Urbano não se responsabiliza por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.13.1. Em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, com o artigo 29, inciso I, do Decreto nº 13.877/2023 e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), compete à empresa contratada:

10.14. Garantia e responsabilidade:

- 10.14.1. Conceder **garantia mínima de 06 (seis) anos** sobre os coletes placas antibalísticas nível III-A, contada a partir do recebimento, abrangendo a integridade dos materiais, o desempenho balístico e a conformidade técnica do produto;
- 10.14.2. Realizar, durante o período de garantia, a **substituição, correção ou complementação** dos coletes ou de seus componentes que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou não conformidades, **sem ônus adicional** à Secretaria de Segurança e Controle Urbano;
- 10.14.3. Observar os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, respondendo por **vícios aparentes ou ocultos** do produto e assegurando suporte técnico adequado à Administração.

10.15. Conformidade legal e normativa:



Edital- fls. 20/41

10.15.1. Observar todas as normas legais, técnicas e ambientais aplicáveis à fabricação, certificação, comercialização e entrega dos coletes placas antibalísticas nível III-A, incluindo as normas balísticas vigentes e as exigências relativas aos Produtos Controlados pelo Exército;

10.16. Comunicação e acompanhamento:

10.16.1. Comunicar previamente à Secretaria de Segurança e Controle Urbano qualquer **impedimento, intercorrência ou atraso** que possa comprometer o prazo ou as condições de entrega do objeto;

10.16.2. Disponibilizar canais de contato e responsáveis técnicos para fins de **acompanhamento, fiscalização e esclarecimentos** durante a execução da aquisição.

10.16.3. O cumprimento dessas obrigações pela contratada assegura que os **coletes placas antibalísticas nível III-A**, sejam entregues em condições adequadas de uso, segurança, eficiência e conformidade legal, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria de Segurança e Controle Urbano e às exigências previstas na legislação vigente.

11. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal/Fatura** pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, confirmando que os **coletes placas antibalísticas nível III-A**, foram entregues em conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Referência e em perfeitas condições de uso.

11.2. O ateste será emitido pelo setor responsável da Secretaria de Segurança e Controle Urbano, após a conferência da conformidade dos coletes entregues em relação às exigências do Termo de Referência, incluindo verificação documental, técnica e funcional. Somente após o regular ateste será autorizada a liberação do pagamento, assegurando eficiência, segurança e conformidade legal.

11.3. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da Contratada, após a entrega dos produtos, com a verificação de conformidade com o solicitado.

11.4. A PMO pode deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela Contratada.

11.5. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e proposta de preço, não se admitindo notas fiscais emitidas com outro CNPJ, ainda que seja de filial ou da matriz.

11.6. A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal e/ou Fatura número da Autorização de Fornecimento, número do processo administrativo, número do pregão eletrônico, o preço unitário e o preço total do produto, indicando o número da conta corrente, banco, e a agência com qual opera, sob pena de retenção de pagamento

11.7. Havendo erro na(s) Nota(s) Fiscal (is) de Serviços/Fatura(s) ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela(s) será (ao) devolvida(s) e o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras.



Edital- fls. 21/41

11.8. Na hipótese acima, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou reapresentação da(s) Nota(s) Fiscal(is) de Serviço(s)/Fatura(s), não acarretando qualquer ônus para a PMO.

11.9. Durante a vigência da autorização de fornecimento, a Contratada deverá manter sua regularidade fiscal.

11.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.13. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

11.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.15. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a **CONTRATADA** terá direito à aplicação de compensação financeira.

11.15.1. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item acima, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

11.15.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela **CONTRATADA**.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Pregão:

A contratação será atendida pelas seguintes dotações N° 20.001.06.181.0006.2.011.3.3.90.30:



13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, e do capítulo X, do Decreto Municipal nº 13.877/2023 o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame.

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

13.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, quando solicitada;

13.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.5. Fraudar a licitação.

13.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

13.1.9. Deixar de cumprir total ou parcialmente o ajuste.

13.2. Com fulcro no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. Advertência;

13.2.2. Multa;



13.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente **sobre o valor do contrato** licitado, recolhida no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, a multa será de **15% a 30%** do **valor do contrato** licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contados da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos **itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos **itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 13.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.



13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contados da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de **15** (quinze) **dias úteis** da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contados da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de **05** (cinco) **dias úteis**, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **20** (vinte) **dias úteis**, contados do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de **15** (quinze) **dias úteis**, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de **20** (vinte) **dias úteis**, contados do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.6. Os interessados devem estar cientes do inteiro teor da Lei n.º 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD") e obrigam-se a observar e respeitar o dever de proteção de Dados Pessoais, inclusive nos meios digitais, no que diz respeito ao adequado Tratamento de tais dados, devendo ainda,



Edital- fls. 25/41

se comprometer a cumprir todas as condições e obrigações dispostas na referida LGPD e demais leis aplicáveis.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as regras deste Edital.

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Comprasnet, endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e Portal da Transparência da Prefeitura de Osasco, endereço: <https://transparencia.osasco.sp.gov.br>.

14.11. Esta Licitação poderá ser revogada pela autoridade competente em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

14.12. Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

14.13. É facultado ao (à) Pregoeiro (a) ou à Autoridade Competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

14.14. O Foro para solucionar os possíveis litígios que decorrerem deste procedimento licitatório será o da Comarca de Osasco.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III - Modelo de Declaração para Atendimento ao Art. 4º da Lei Federal 14.133/2021.

ANEXO IV - Conforme Art. 34, § 1º, inciso V, do Decreto Municipal 13.877/2023. – Reserva Orçamentária.

Osasco, 11 de maio de 2026.

José Virgolino de Oliveira
Secretário Municipal de segurança e Controle Urbano



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 Aquisição de 82 (oitenta e dois) coletes com placas antibalísticas nível III- A, masculino, em conformidade com os padrões SENASP - MJSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça e Segurança Pública), para uso operacional da Guarda Civil Municipal de Osasco.

1.2 O presente Termo de Referência tem por objetivo a aquisição de coletes balísticos nível III-A, com placas antibalísticas, destinados à proteção individual dos agentes da Guarda Civil Municipal de Osasco. A aquisição visa garantir a substituição dos equipamentos atualmente em uso, que se encontram próximos do vencimento e apresentam desgaste decorrente da utilização contínua, assegurando condições adequadas de segurança, eficiência operacional e conformidade com as normas vigentes de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

1.3 O critério de aceitabilidade das propostas será o de **menor preço**, observado o atendimento integral das especificações técnicas e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

1.4 Das Quantidades e Valores Estimadas

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	APRE.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	coletes com placas antibalísticas nível III- A, masculino, em conformidade com os padrões SENASP - MJSP (Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça e Segurança Pública),	UNI	82	2.300,00	188.600,00

2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

2.1 RESISTÊNCIA MÍNIMA DA PLACA DE PROTEÇÃO BALÍSTICA

2.1.1 Placa de proteção balística nível III-A, conforme Padrão NIJ - Standard 0101.04.

2.2 Das exigências:

2.3.1 O material objeto desta Especificação Técnica deverá obedecer às normas exigidas pelo Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, de acordo com a norma Padrão NIJ Standard 0101.04, no que diz respeito às normas balísticas, como também às exigências complementares abaixo descritas: Placa de Proteção Balística Nível III-A, masculino, modelo policial ostensivo (Padrão SENASP), para uso ostensivo e em conformidade com a norma NIJ STD 0101.04, contendo um painel frontal e um dorsal, fornecendo proteção para as costas, tórax e abdômen (frontal e parcialmente lateral), compreendendo toda a área vital, desde acima da cintura até abaixo do pescoço. Cada painel deverá ser flexível, leve e confeccionado em 10 (dez) camadas de aramida com 01 (uma) camada de espuma de polietileno, atendendo a norma NIJ STANDARD 0101.04 do CAEX (Centro de Avaliações do Exército), descrito na Portaria nº 18 D LOG – Capítulo III, da Avaliação Técnica, artigo 8º, Parágrafos 1º e 2º. Com validade



comercial de no mínimo 06 (seis) anos do material balístico. Os painéis balísticos deverão ainda resistir a impactos dos projéteis 9 mm e 44 magnum. Os painéis frontal e dorsal deverão ser revestidos com capa interna de acordo com o subitem 1.4.1. **A Capa interna da placa deverá ser confeccionada em nylon resinado na cor preta** tendo como intuito manter os painéis protegidos da ação de líquidos como chuva e suor, o fechamento deverá ser por ultrassom ou termofusão.

2.3 IDENTIFICAÇÃO DOS PAINÉIS DE PROTEÇÃO BALÍSTICA

2.4.1. Os painéis de proteção balística possuem, fixada na primeira camada, uma etiqueta com numerações do lote e de série, identificação com o nome da instituição, marca, modelo, tamanho, data de fabricação e de validade, resistente à fricção ou à ação de líquidos/suor, com tinta garantidamente indelével, pelo **prazo mínimo de 06 (seis) anos**.

2.4 CAPAS INTERNAS

2.4.1 Tabelas de peso:

PESO MÁXIMO DO PAINEL BALÍSTICO (Kg)

Especificação Tamanho Masculino	Molde	PP	P	M	G	GG	XG/EG
Nível III - A	Senasp	1.700	2.000	2.200	2.500	2.800	3.100

Tolerância de + ou – 5% (cinco por cento).

2.6 Da confecção:

2.6.1. A placa de proteção balística deve ser confeccionada em material de qualidade, que ofereça a proteção balística exigida nesta Especificação Técnica, agindo não somente na paralisação da trajetória do projétil impactado contra a placa, mas também na absorção das ondas de choque resultantes;

2.6.2. A placa a ser fornecida deve permitir um adequado ajuste ao corpo, para ser utilizado de maneira ostensiva, ou sob o uniforme, de forma a não comprometer nenhuma área de proteção e, ainda, otimizar a relação existente entre resistência e comodidade de uso, com liberdade para movimentos.

2.7 Das capas internas (invólucros):

2.7.1. Capas de proteção (invólucros), os painéis balísticos deverão ser recobertos por uma capa interna confeccionada em tecido impermeável, podendo ser emborrachado ou resinado, protegendo de diversos fatores tais como: umidade de água de chuva, suor do corpo do usuário e imersões, com fechamento em termofusão ou ultrassom, e etiqueta de controle com o nome da Guarda Municipal, conforme foto abaixo.

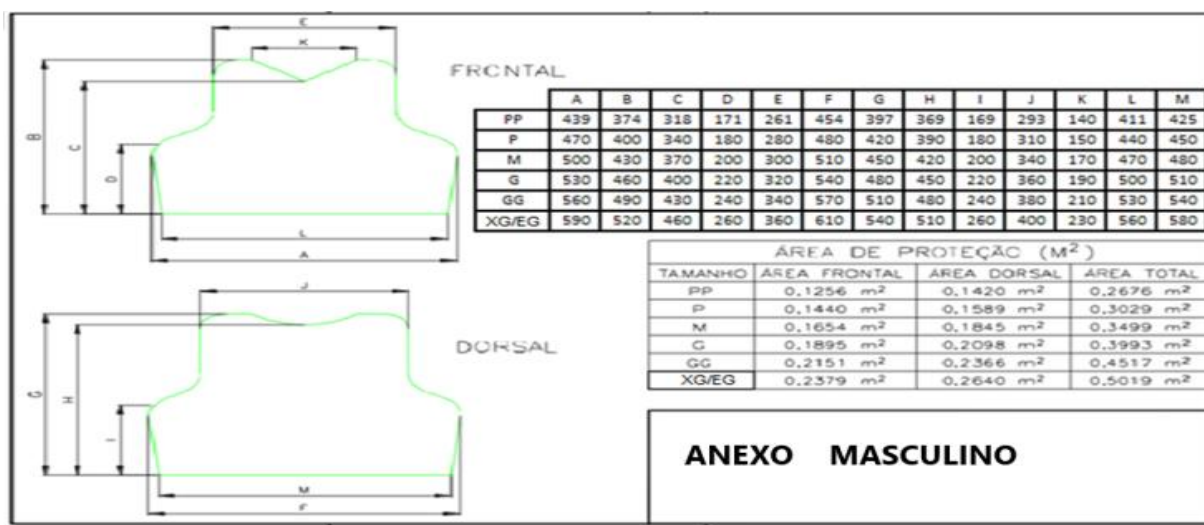


Imagem meramente ilustrativa. (Foto de item em estoque).

2.8 Identificação:

2.8.1. Deverá possuir, no lado externo, fixada no lado oposto a face de impacto, etiqueta seguindo a Norma NIJ 0101.04, não podendo haver repetição de números, nível de proteção, datas de fabricação e validade, tamanho e modelo, além de eventuais instruções/orientações do fabricante, tudo gravado com tinta garantidamente indelével, pelo prazo mínimo de 06 (seis) anos.

2.9 QUADRO DE MEDIDAS



2.10 DA QUANTIDADE E TAMANHOS:



ITEM	TAMANHOS	QUANTIDADES
1	MASCULINO GG	5
2	MASCULINO G	24
3	MASCULINO M	53
	Total	82

2.10.1. A quantidade deste tipo de PCE (Produto Controlado pelo Exército) de uso permitido, fica a critério das instituições mencionadas no XI, do artigo 34 do Decreto Federal nº 9.847 de 2019, devendo apenas ser comunicado a aquisição ao Comando do Exército Brasileiro, por intermédio da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados (DFPC).

2.11 DA GARANTIA DO PRODUTO

2.11.1 Os coletes balísticos deverão possuir garantia mínima de 6 (seis) anos, contados a partir da data de fabricação do painel balístico, conforme certificação do fabricante e normas técnicas aplicáveis.

2.11.2. A garantia deverá abranger o conjunto do equipamento, incluindo painel balístico, invólucro (capa externa), costuras, velcros, etiquetas e demais componentes que integrem o produto.

2.11.3. Durante o período de garantia, a contratada deverá substituir ou reparar, sem ônus para a Administração, quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação ou perda das características de proteção balística.

2.11.4. A exigência do prazo de garantia visa assegurar a durabilidade, confiabilidade e segurança dos equipamentos de proteção individual utilizados pelos agentes de segurança pública, considerando que se trata de equipamentos destinados à preservação da integridade física dos servidores no exercício de atividades de risco.

2.12. JUSTIFICATIVA TÉCNICA PARA GARANTIA DE 6 ANOS

2.12.1. A exigência de garantia mínima de **6 (seis) anos** para o conjunto do painel balístico justifica-se pela natureza do objeto contratado, destinado à proteção da integridade física dos agentes da Guarda Civil Municipal no desempenho de atividades operacionais que envolvem exposição a situações de risco.

2.12.2. Os coletes balísticos constituem equipamentos de proteção individual de uso contínuo, cuja confiabilidade e durabilidade são fatores essenciais para assegurar a efetividade da proteção oferecida aos agentes de segurança pública.

2.13.3. Considerando que tais equipamentos são submetidos a uso intensivo durante as atividades de patrulhamento e atendimento de ocorrências, a definição de prazo de garantia ampliado busca assegurar maior vida útil ao equipamento, bem como reduzir riscos relacionados à perda de eficiência balística ao longo do tempo.

2.13.4. Ressalta-se, ainda, que a exigência de garantia mínima de 6 (seis) anos não configura restrição indevida à competitividade, tendo em vista que fabricantes e fornecedores do setor de equipamentos balísticos disponibilizam produtos com prazos de garantia compatíveis com o exigido, sendo prática



observada em contratações realizadas por órgãos de segurança pública.

2.13.5. Dessa forma, a definição do prazo de garantia estabelecido visa resguardar o interesse público, garantindo maior durabilidade dos equipamentos, segurança aos agentes e racionalidade no investimento realizado pela Administração.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA AQUISIÇÃO

3.1 A necessidade da aquisição se evidencia a **obrigatoriedade de assegurar condições adequadas de segurança aos agentes que exercem atividades operacionais de risco**, considerando que os coletes antibalísticos atualmente utilizados se encontram em processo de desgaste natural e próximos do término de sua vida útil, o que compromete a eficácia da proteção oferecida. Portanto, mostra-se necessária a **aquisição de coletes placas antibalísticas nível III-A**, devidamente certificados e em conformidade com as normas técnicas e legais vigentes, a fim de garantir a proteção balística adequada aos servidores e a continuidade dos serviços de segurança pública.

3.2 A aquisição tem por objetivo **proteger a integridade física e a vida dos agentes**, promover a **padronização dos equipamentos de proteção individual**, assegurar o cumprimento das normas relativas à segurança do trabalho e aos Produtos Controlados pelo Exército, bem como **eleva a eficiência e a segurança das atividades operacionais**, contribuindo para a prestação de um serviço público mais seguro e eficiente à população.

3.3 O não atendimento da demanda acarreta **risco à integridade física dos servidores**, possibilidade de falhas na proteção balística durante o exercício das atividades, comprometimento da eficiência operacional, além do **descumprimento de deveres legais da Administração Pública** quanto ao fornecimento de equipamentos de proteção adequados, podendo resultar em responsabilização administrativa, civil e trabalhista.

3.4 A fundamentação da presente aquisição encontra respaldo no **Estudo Técnico Preliminar elaborado**, os quais demonstram a necessidade, a viabilidade e a vantagem da aquisição, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como em conformidade com o art. 29, inciso I, do Decreto nº 13.877, de 30 de agosto de 2023.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento de coletes placas antibalísticas nível III-A, em conformidade com os padrões NIJ 0101.04 e SENASP/MJSP, destinados ao uso operacional da Guarda Civil Municipal de Osasco, contemplando o fornecimento de 82 (oitenta e dois) conjuntos completos, incluindo painéis balísticos frontal e dorsal, capas internas impermeáveis e identificação individualizada, com validade mínima de 6 (seis) anos, sem previsão de prestação continuada de serviços, assistência técnica ou manutenção, por se tratar de bem durável de fornecimento único.

4.2 A solução adotada mostrou-se a mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que o objeto é padronizável, amplamente disponível no mercado nacional por fabricantes devidamente



registrados no Exército Brasileiro para comercialização de Produtos Controlados (PCE), garantindo ampla competitividade, atendimento integral às exigências normativas e segurança jurídica.

4.3 A aquisição por meio de pregão eletrônico, pelo critério de menor preço, assegura economicidade, transparência e qualidade, além de permitir a reposição imediata dos equipamentos em razão do desgaste e vencimento dos coletes atualmente em uso, preservando a integridade física dos agentes e a continuidade do serviço público de segurança.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

5.1. O critério de julgamento das propostas será o **menor preço**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando tratar-se de aquisição de bens comuns cujas especificações podem ser objetivamente definidas no Termo de Referência.

5.2. Considerando que o objeto consiste na aquisição de coletes placas antibalísticas nível III-A, equipamentos de proteção individual que demandam padronização técnica, uniformidade de desempenho balístico, compatibilidade entre componentes e controle rigoroso de rastreabilidade, por se tratarem de Produtos Controlados pelo Exército (PCE), ademais, a contratação de um único fornecedor facilita a gestão contratual, a fiscalização, o cumprimento dos prazos de entrega e a verificação das certificações exigidas pelas normas NIJ 0101.04 e pelos padrões SENASP/MJSP.

5.3 Nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, foi analisada a possibilidade de aplicação de cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte. Contudo, optou-se pela não aplicação da referida cota, tendo em vista as características do objeto, que exige padronização técnica, uniformidade de desempenho balístico, compatibilidade entre componentes e controle rigoroso de rastreabilidade, por se tratar de Produto Controlado pelo Exército (PCE).

A divisão do objeto em cotas poderia comprometer a padronização dos equipamentos utilizados pelos agentes da Guarda Civil Municipal, além de dificultar a gestão contratual, a fiscalização, o controle de qualidade e a rastreabilidade dos materiais, fatores essenciais para garantir a segurança dos usuários e a eficiência operacional.

Dessa forma, a não aplicação da cota reservada mostra-se medida tecnicamente justificada, visando resguardar o interesse público e a adequada execução do objeto contratado.

6. GARANTIA DO OBJETO

6.1 Os coletes placas antibalísticas nível III-A, deverão possuir **garantia mínima de 06 (seis) anos**, contada a partir da data do **recebimento**, abrangendo a integridade física dos materiais, a resistência balística, o desempenho funcional e a conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência, nas normas NIJ aplicáveis e nas exigências relativas aos Produtos Controlados pelo Exército.

6.2 A garantia do objeto cobre eventuais **vícios de fabricação, defeitos de materiais, falhas de desempenho balístico ou quaisquer não conformidades técnicas**, obrigando a contratada à



substituição imediata dos coletes ou de seus componentes, sem ônus adicional para a Administração, inclusive quanto a custos de transporte, logística ou quaisquer despesas decorrentes.

7. CONDIÇÕES DE ENTREGA, LOCAIS DE RECEBIMENTO

7.1 A entrega dos coletes placas antibalísticas nível III-A, deverá ser realizada pela contratada **em parcela única**, no prazo de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da **assinatura da autorização de fornecimento**, observadas as especificações técnicas e quantitativos definidos no Termo de Referência.

7.2 Os materiais deverão ser entregues na Guarda Civil Municipal, localizado na Rua Canadá, nº 201 – Jardim Nova América – CEP 06036-048 – Osasco/SP.

Horário de Recebimento: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00.

7.3 Condições de Entrega:

7.3.1 Os coletes placas antibalísticas nível III-A, deverão ser entregues **novos, sem uso anterior**, dentro do prazo de validade estabelecido pelo fabricante, completos (painéis balísticos e capas) e em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

7.3.2. Recebimento provisório: ocorrerá no ato da entrega do objeto, para verificação preliminar da quantidade e das condições aparentes do material, mediante conferência pela unidade responsável.

7.3.3. Recebimento definitivo: será realizado no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após verificação da conformidade do objeto com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

7.3.4 A entrega será formalizada mediante **atesto na Nota Fiscal** emitido pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, após conferência quantitativa e verificação da conformidade técnica do material com o objeto adquirido.

7.3.5 Eventuais substituições, correções ou complementações necessárias, decorrentes de vícios, defeitos de fabricação ou não conformidades técnicas, deverão ser realizadas pela contratada **sem ônus adicional** para a Administração, durante o período de garantia do objeto.

7.3.6 O transporte, e a entrega dos coletes, objeto deste Termo, são de **inteira responsabilidade da contratada**, devendo ocorrer conforme disposto na Autorização de Fornecimento.

7.3.7 O recebimento de que trata o item anterior será realizado por servidor designado para o acompanhamento e fiscalização da aquisição, indicado pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, para fins de posterior verificação da conformidade do material com as especificações do Termo de Referência e da proposta apresentada.

7.3.8 O aceite dos coletes pela empresa executora não exclui a responsabilidade civil da contratada por **vícios ocultos, falhas de desempenho balístico ou divergências** em relação às condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos, verificadas posteriormente ao recebimento definitivo, assegurando-se à Administração as prerrogativas previstas na legislação vigente.



8. GESTÃO DA AQUISIÇÃO

8.1 Quanto aos Gestores para o objeto em epígrafe, segue anexa a portaria nº 69/2023, sendo competentes os servidores João Barbosa Neves (titular) e William dos Santos (suplente).

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Receber os coletes placas antibalísticas nível III-A no prazo, local e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência;

9.2 Acompanhar e fiscalizar a execução da aquisição, por meio de servidor formalmente designado, verificando a conformidade quantitativa e qualitativa do objeto fornecido;

9.3 Comunicar formalmente à Contratada a ocorrência de falhas, defeitos, vícios ou irregularidades constatadas nos materiais entregues, para adoção das providências cabíveis;

9.4 Rejeitar, no todo ou em parte, os coletes fornecidos em desacordo com as especificações técnicas, normas aplicáveis;

9.5 Efetuar o pagamento à Contratada conforme as condições, prazos e valores estabelecidos no Edital, após o regular recebimento do objeto;

9.6 Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação vigente, quando constatado o descumprimento das obrigações assumidas pela Contratada;

9.7 Prestar à Contratada as informações e os esclarecimentos necessários à adequada execução da aquisição;

9.8 A Secretaria de Segurança e Controle Urbano não se responsabiliza por compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros em decorrência de atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea “a”, da Lei nº 14.133/2021, com o artigo 29, inciso I, do Decreto nº 13.877/2023 e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), compete à empresa contratada:

10.2 Garantia e responsabilidade:

10.2.1 Conceder **garantia mínima de 06 (seis) anos** sobre os coletes placas antibalísticas nível III-A, contada a partir do recebimento, abrangendo a integridade dos materiais, o desempenho balístico e a conformidade técnica do produto;

10.2.2 Realizar, durante o período de garantia, a **substituição, correção ou complementação** dos coletes ou de seus componentes que apresentarem vícios, defeitos de fabricação ou não conformidades, **sem ônus adicional** à Secretaria de Segurança e Controle Urbano;

10.2.3 Observar os direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor, respondendo por **vícios aparentes ou ocultos** do produto e assegurando suporte técnico adequado à Administração.



10.3 Conformidade legal e normativa:

10.3.1 Observar todas as normas legais, técnicas e ambientais aplicáveis à fabricação, certificação, comercialização e entrega dos coletes placas antibalísticas nível III-A, incluindo as normas balísticas vigentes e as exigências relativas aos Produtos Controlados pelo Exército;

10.4 Comunicação e acompanhamento:

10.4.1 Comunicar previamente à Secretaria de Segurança e Controle Urbano qualquer **impedimento, intercorrência ou atraso** que possa comprometer o prazo ou as condições de entrega do objeto;

10.4.2 Disponibilizar canais de contato e responsáveis técnicos para fins de **acompanhamento, fiscalização e esclarecimentos** durante a execução da aquisição.

10.5 O cumprimento dessas obrigações pela contratada assegura que os **coletes placas antibalísticas nível III-A**, sejam entregues em condições adequadas de uso, segurança, eficiência e conformidade legal, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria de Segurança e Controle Urbano e às exigências previstas na legislação vigente.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.3. O Certificado de Aprovação emitido pelo Exército Brasileiro deverá ser apresentado pela licitante vencedora na fase de habilitação, como forma de comprovação da regularidade do produto ofertado, na fase de habilitação.

11.2. Justifica-se a exigência de **qualificação técnica** em razão de a aquisição de **coletes placas antibalísticas nível III-A**, envolver equipamentos de proteção individual destinados à preservação da vida e da integridade física dos agentes públicos, exigindo atendimento a **especificações técnicas rigorosas**, certificações balísticas válidas e conformidade com normas nacionais e internacionais aplicáveis, de modo a assegurar a segurança, a confiabilidade e a eficácia do material fornecido.

11.3. A licitante deverá apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto da presente contratação.

11.4 Em relação à apresentação de catálogo, deverá apresentar ou prospectos ou catálogos técnicos dos produtos ofertados, a fim de possibilitar a verificação da conformidade das especificações com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

11.5 A Comissão Avaliadora será composta pelos servidores:

Titular: João Barbosa Neves – Matrícula: 190.859 – Telefone: 3652- 9173;

Suplentes: Camila Mary da Silva – Matrícula: 199.948 – Telefone: 3652-9297,

William dos Santos – Matrícula: 176.882 – Telefone: 3652-9173.



12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1 Considerando que a presente aquisição tem por objeto a **aquisição de coletes placas antibalísticas nível III-A**, consistindo em fornecimento de bens padronizados, de entrega única, sem execução continuada, sem complexidade financeira relevante e sem riscos elevados de inadimplemento contratual, **dispensa-se a exigência de qualificação econômico-financeira**.

12.2 Tal dispensa encontra respaldo no **art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no **art. 29, inciso IV, alínea “h”, do Decreto nº 13.877/2023**, uma vez que a exigência de índices ou demonstrações financeiras, neste caso, não se mostra necessária para assegurar a adequada execução do objeto, podendo, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do certame.

12.3 Não obstante o disposto acima, será exigida a apresentação de certidão negativa de falência, com data de emissão não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data da sessão pública.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1 Em conformidade com o artigo 6º, inciso XXIII, alínea “g”, da Lei nº 14.133/2021, as condições de pagamento do objeto adquirido serão as seguintes:

13.2 Prazo de Pagamento:

13.2.1 O pagamento será realizado em até **30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal/Fatura** pela Secretaria de Segurança e Controle Urbano, confirmando que os **coletes placas antibalísticas nível III-A**, foram entregues em conformidade com as especificações técnicas, quantitativas e qualitativas previstas no Termo de Referência e em perfeitas condições de uso.

13.3 Formalização do Ateste:

13.3.1 O ateste será emitido pelo setor responsável da Secretaria de Segurança e Controle Urbano, após a conferência da conformidade dos coletes entregues em relação às exigências do Termo de Referência, incluindo verificação documental, técnica e funcional. Somente após o regular ateste será autorizada a liberação do pagamento, assegurando eficiência, segurança e conformidade legal.

13.4 Exigências da Nota Fiscal/Fatura:

A contratada deverá indicar, obrigatoriamente, no corpo da Nota Fiscal/Fatura:

13.4.1 Número do Processo Administrativo: **2938/2025**;

13.4.2 Número do Pregão: ____/2026;

13.4.3 Número da Nota de Empenho;

13.4.4 Quantidade fornecida, preço unitário e preço total;

13.4.5 Número da conta corrente, banco e agência de titularidade da contratada.

13.5 Na hipótese de existir **Nota de Ratificação e/ou Nota Suplementar de Empenho**, esta deverá acompanhar os demais documentos fiscais apresentados.



13.6 As Notas Fiscais/Faturas que apresentarem incorreções ou inconsistências serão devolvidas à Contratada para as devidas correções, passando o prazo de pagamento a fluir a partir da data de reapresentação do documento fiscal devidamente corrigido.

13.7 O não atendimento às exigências previstas neste item poderá ensejar a **retenção do pagamento**, até que a Nota Fiscal/Fatura esteja corretamente preenchida e acompanhada da documentação exigida.

13.8 Observações:

A existência de pendências, ajustes ou não conformidades identificadas no momento do recebimento do objeto poderão suspender temporariamente o pagamento até a completa regularização do fornecimento, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1 Em conformidade com o **artigo 29, inciso IV, alínea “g”, do Decreto Municipal nº 13.877/2023**, após análise das características do objeto e das condições do mercado, **fica vedada a participação de empresas em consórcio** no presente certame.

14.2 A vedação justifica-se pelo fato de que o objeto da aquisição consiste na **aquisição de coletes placas antibalísticas nível III-A**, equipamento padronizado, amplamente ofertado no mercado nacional por fornecedores devidamente habilitados junto ao Exército Brasileiro para a comercialização de Produto Controlado pelo Exército (PCE), não demandando a conjugação de capacidades técnicas, operacionais ou econômico-financeiras de mais de uma empresa para sua execução.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 Nos termos do **art. 122, §3º, da Lei nº 14.133/2021**, **fica vedada a subcontratação do objeto principal** da presente aquisição, admitindo-se apenas a subcontratação de **atividades acessórias**, desde que não comprometam a execução, a qualidade e a rastreabilidade do fornecimento, permanecendo a empresa executora **integralmente responsável** pela execução contratual.

15.2 A vedação justifica-se pelas características do objeto, que envolve o fornecimento de **coletes placas antibalísticas nível III-A**, classificados como **Produto Controlado pelo Exército**, sujeito a rigorosos requisitos técnicos e normativos, cuja execução exige controle direto da empresa executora.

16. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

16.1. As partes devem cumprir integralmente as disposições que regulamentam o tratamento de dados pessoais, em conformidade com a Lei nº 13.709/ 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados -LGPD) e com o Decreto Municipal nº 13.637/ 2022 e alterações.

16.2. Os dados pessoais serão utilizados exclusivamente para as finalidades descritas no contrato e devem atender as determinações previstas na legislação, exceto quando houver consentimento do titular, respeitados os dispositivos legais, para utilização diversa ou em conformidade com outra base legal aplicável.



Edital- fls. 37/41

16.3. As partes devem assegurar a implementação de medidas adequadas de proteção de dados, conforme determinado pela legislação vigente.

16.4. A contratante se reserva o direito de realizar auditorias para verificar o cumprimento das disposições legais.

16.5. O descumprimento das disposições estabelecidas nesta cláusula e nos demais dispositivos legais poderá resultar na rescisão da ata de registro de preços, além de outras responsabilidades legais que possam ser aplicáveis.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1 As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária: 20.001.06.181.0006.2.011.3.3.90.30

Ficha: 0801

Elemento de Despesa: Aquisição de Coletes

Vínculo: 01.110.0000



ANEXO II
MODELO – PROPOSTA DE PREÇOS

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 82 (OITENTA E DOIS) COLETES COM PLACAS ANTIBALÍSTICAS NÍVEL III- A, MASCULINO, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES SENASP - MJSP (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, PARA USO OPERACIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE OSASCO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º _____-_____, fax n.º _____-_____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, apresenta proposta para Aquisição de 82 (oitenta e dois) Coletes com Placas Antibalísticas Nível III- A, Masculino, em conformidade com os Padrões SENASP - MJSP Secretaria Nacional de Segurança Pública – Ministério da Justiça e Segurança Pública, para uso operacional da guarda civil municipal de Osasco, sem prejuízo de nenhuma disposição do Edital e demais Anexos, conforme segue:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	MODELO	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1						
PREÇO TOTAL DO ITEM						(R\$)
Preço Total por extenso:						

- Prazo de **validade** da proposta, não inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado por acordo das partes;
- Prazo de entrega: O objeto desta licitação deverá ser entregue em até **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados da data da assinatura/retirada da **Autorização de Fornecimento** pela Detentora.
- Condições de pagamento, conforme **item 11** do edital.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no **Anexo I – Termo de Referência**.
- Declaro, sob as penas da Lei, que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado.
- Declaro, sob as penas da Lei, de que **cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social**, previstas em lei e em outras normas específicas.



➤ Declaro, sob as penas da Lei, de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

➤ **Dados bancários:**

- ✓ Banco:
- ✓ Agência:
- ✓ Conta Corrente:
- ✓ Contato:
- ✓ Telefone/ramal:

Local,dede 2026.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



ANEXO III

MODELO DECLARAÇÕES PARA ATENDIMENTO AO ART. 4º DA LEI FEDERAL 14.133/2021

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

À

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO

SECRETARIA EXECUTIVA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 82 (OITENTA E DOIS) COLETES COM PLACAS ANTIBALÍSTICAS NÍVEL III- A, MASCULINO, EM CONFORMIDADE COM OS PADRÕES SENASP - MJSP (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA – MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, PARA USO OPERACIONAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL DE OSASCO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, estabelecida na _____ n.º _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, telefone n.º ____-____, fax n.º ____-____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal _____ portador(a) do RG n.º _____ e do CPF n.º _____, **DECLARA** sob as penas da Lei, que:

No ano-calendário da realização da presente licitação, os contratos celebrados com a Administração Pública, cujos valores foram somados, não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte, conforme Decreto Municipal 13.877/2023, art. 2º, §2º.

Local, de de 2026.

(Nome, RG, Função ou Cargo e Assinatura do representante Legal ou Procurador)



ANEXO IV

CONFORME ART. 34, § 1º, INCISO V, DO DECRETO MUNICIPAL 13.877/2023.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
AV. LÁZARO DE MELLO BRANDÃO, 300 - CNPJ: 46.523.171/0001-04
Osasco SP 1136529000

FL 175
PA 2938/2025
SFS

NOTA DE RESERVA

01.00.000.00 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE OSASCO
01.20.000.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URBANO
01.20.001.00 - GABINETE DA SECRETARIA DE SEGURANÇA E CONTROLE URB

Reserva		Centro de Custo		Evento	Número	Folha
				20.0095 - Equipamentos de Proteção (EPs e EF	7056	1
Data	Requisição	Processo	Integrado	Documento		
30/04/2026	10202975	2938/2025-NIPA	SIM			

Dotação		Nro Reduzido	Classificação Funcional
Natureza da Despesa		801	06.181.0006.2.011 - Manutenção de Equipamentos Públicos
3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO			
Vínculo		Sub Elemento da Despesa	
01.110.0000 - TESOURO-GERAL		28 - MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	
Item da Despesa			
001 - Equipamento de Proteção Individual			

Domicílio Bancário				
Descrição	Nº	Banco	Agência	Conta
2005 - 01.110.0000 - BB CTA MOVIMENTO	20051	1	637-8	73016-5

Convênio			
Nº	Banco	Agência	Conta

Credor	
Razão Social / Fornecedor	CPF / CNPJ
Endereço	Cidade
	Telefone

Valores			
Dotação Autorizada	Reservado Anterior	Reserva	Saldo Atual
846.470,00	274.970,00	188.600,00	382.900,00

Histórico			
Item	Quantidade	Unidade	Descrição
1	1	1	Aquisição de placa de proteção balística nível III - A Masculino tamanhos M, G e GG. Requisição 10202975
			Valor Unitário
			188.600,00
			Valor Total
			188.600,00
Total			188.600,00

Por Extenso	
Cento e Oitenta e Oito Mil e Seiscentos Reais	

Jonas de Jesus Manoel